



## Mudanças Climáticas e Direitos Fundamentais: Perspectivas Jurídicas na COP 30

### Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Isabela Braga De Carvalho Alves  
Administrador Kroton  
Eliomar Silva Albernaz  
Gil César De Carvalho Lemos Morato

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

UNIDERP | PPGSS MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Introdução

Este estudo analisa os desafios jurídicos das mudanças climáticas, com enfoque na COP 30, a ser realizada no Brasil em novembro de 2025. Parte-se do entendimento de que a proteção ambiental está diretamente vinculada à garantia dos direitos fundamentais e ao fortalecimento da democracia, visto que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é consagrado pela Constituição como direito de todos e dever do Estado e da coletividade. Apesar de avanços normativos, nacionais e internacionais, persistem lacunas na implementação de políticas públicas, comprometendo a efetividade da sustentabilidade e a concretização da justiça climática. O cenário evidencia a necessidade de repensar instrumentos jurídicos e mecanismos de governança ambiental, integrando participação social, equidade intergeracional e segurança jurídica. Assim, a pesquisa demonstra como o direito pode consolidar justiça climática, fortalecer a democracia e promover soluções jurídicas inovadoras para enfrentar a crise climática.

### Objetivo

Investigar a articulação jurídica entre mudanças climáticas, direitos fundamentais e democracia, analisando os limites e possibilidades do ordenamento jurídico nacional e internacional. Busca-se propor soluções normativas e políticas públicas que promovam sustentabilidade, justiça climática, equidade intergeracional e fortalecimento democrático.

### Material e Métodos

A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de obras jurídicas, artigos científicos, legislações nacionais e internacionais, relatórios da ONU e documentos das Conferências das Partes anteriores. Utiliza-se o método hermenêutico para interpretação crítica de normas constitucionais, tratados e decisões judiciais, identificando lacunas normativas e desafios institucionais. Complementarmente, aplica-se o método hipotético-indutivo, relacionando práticas jurídicas nacionais e internacionais, a fim de formular hipóteses e inferências que subsidiem soluções inovadoras. Essa estratégia possibilita avaliar a efetividade dos instrumentos jurídicos existentes e propor mecanismos que assegurem a concretização dos direitos fundamentais, a ampliação da participação democrática e a implementação de políticas públicas capazes de garantir justiça climática e



sustentabilidade no contexto da governança ambiental.

## Resultados e Discussão

A análise evidencia que políticas climáticas eficazes dependem da integração entre direito ambiental, direitos fundamentais e democracia, sendo essencial compreender a interação entre normas nacionais, tratados internacionais e práticas institucionais. Constatou-se que, embora existam avanços legislativos, instrumentos internacionais e mecanismos de governança ambiental, persistem lacunas na implementação normativa, limitando a efetividade da justiça climática e a proteção ambiental. Observa-se que o fortalecimento da governança, a ampliação da participação social e a responsabilização de atores públicos e privados são fundamentais para superar tais desafios. A COP 30 representa oportunidade estratégica para consolidar práticas jurídicas inovadoras, articulando normas constitucionais e internacionais, promovendo equilíbrio entre desenvolvimento econômico, proteção ambiental, equidade intergeracional e efetiva sustentabilidade.

## Conclusão

A proteção jurídica dos direitos fundamentais, combinada à participação democrática, à governança ambiental fortalecida e à aplicação efetiva das normas internacionais, é imprescindível para políticas climáticas eficazes. Soluções jurídicas inovadoras e mecanismos de responsabilização asseguram um meio ambiente equilibrado, sustentável e inclusivo, promovendo justiça climática, equidade intergeracional e proteção efetiva das gerações futuras.

## Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 set. 2025. ONU. United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC. Relatórios e documentos das COPs. Disponível em: <https://unfccc.int>. Acesso em: 11 set. 2025. ELLUL, Jacques. Direito e ambiente: fundamentos e desafios. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. SILVA, R. Justiça climática e direitos humanos. Rio de Janeiro: Forense, 2015. MINARDI, Fábio Freitas. Meio ambiente e direito: fundamentos e desafios. Curitiba: Juruá, 2010. MORAES, Maria Celina Bodin. Direitos Humanos e meio ambiente: fundamentos e perspectivas. São Paulo: RT, 2008. MACHADO, Sidnei. O direito à proteção ambiental no Brasil: análise jurídica e institucional. São Paulo: LTR, 2001. CÂMARA, Clóvis. Curso de Direito Constitucional. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.